



## **O TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NO NORTE E EXTREMO NORTE DO TOCANTINS (2020-2024): HOMENS E MULHERES COM MEDO DA SUA PRÓPRIA SOMBRA**

**OLIVEIRA**, Bruno César Pinto<sup>1</sup>; **LOPES**, Alberto Pereira<sup>2</sup>,

### **RESUMO**

Este trabalho de pesquisa discute a persistência do trabalho escravo contemporâneo no norte e extremo norte do Estado do Tocantins, especialmente na microrregião do Bico do Papagaio, entre os anos de 2020 e 2024. Baseando-se em dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e de operações realizadas pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), o estudo evidencia que, nesse período, 189 trabalhadores foram resgatados em condições análogas à escravidão, particularmente em atividades da pecuária, agricultura e produção de carvão. A pesquisa examina as práticas de exploração, como jornadas exaustivas, trabalho degradante e servidão por dívida, destacando a vulnerabilidade socioeconômica e o isolamento geográfico como fatores que agravam a situação dos trabalhadores. Além disso, discute-se o impacto da expansão do agronegócio, da concentração fundiária que ocasiona na perpetuação desse problema, além do papel limitado das políticas públicas na sua erradicação. Ao longo do estudo, reflete-se sobre as ações de combate

---

<sup>1</sup> 1 Bolsista do Programa de Iniciação Científica (PIBIC/PIBITI). Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Centro de Ciências Integradas. E-mail: [bruno.oliveira@ufnt.edu.br](mailto:bruno.oliveira@ufnt.edu.br)

<sup>2</sup> Professor Associado 4 do curso de Geografia, Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Coordenador do Laboratório de Estudos Agrários e Direitos Humanos – LEADH. Centro de Ciências Integradas. E-mail: [alberto.lopes@ufnt.edu.br](mailto:alberto.lopes@ufnt.edu.br)



realizadas por entidades como a CPT e a necessidade de articulação de políticas de prevenção e fiscalização mais eficazes para proteger os trabalhadores rurais.

**Palavras-chave:** Trabalho Escravo Contemporâneo, Tocantins, Agronegócio, Comissão Pastoral da Terra.

## I. INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA

O trabalho escravo contemporâneo no Brasil, embora seja ilegal desde 1888, persiste como um grave problema social, principalmente em áreas de expansão do agronegócio. O presente estudo se concentra na microrregião do Bico do Papagaio, no norte e extremo norte do Tocantins, onde os casos de exploração de trabalhadores em condições análogas à escravidão são recorrentes. A região é caracterizada por grandes propriedades rurais e forte demanda por mão de obra barata, o que agrava a situação dos trabalhadores. Esta pesquisa busca compreender a magnitude do problema no período de 2020 a 2024, analisando as ações de fiscalização e combate desenvolvidas, além de investigar a eficácia das políticas públicas voltadas para a erradicação do trabalho escravo na região.

As atividades desenvolvidas na pesquisa são de extrema relevância para a área de Direitos Humanos e Políticas Públicas, oferecendo subsídios para o desenvolvimento de medidas preventivas e repressivas no combate ao trabalho escravo. A pesquisa será particularmente útil para agentes de fiscalização e organizações da sociedade civil que atuam na defesa dos direitos dos trabalhadores rurais.



## II. BASE TEÓRICA

Este estudo dialoga com a literatura sobre trabalho escravo contemporâneo, exploração no campo e as dinâmicas de poder associadas à concentração fundiária e ao agronegócio no Brasil. Autores como Almeida (1999) e Mendonça (2018) são fundamentais para a compreensão das condições socioeconômicas que mantêm a escravidão moderna. Além disso, os relatórios da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e os estudos realizados pela ONG Repórter Brasil foram essenciais para a construção de uma base teórica robusta sobre a escravidão por dívida e a precarização das relações de trabalho no campo. A obra mais recente de Pereira (2024) também contribuiu significativamente para o entendimento das práticas de exploração nas áreas rurais do Brasil.

A revisão da literatura abarcou também discussões sobre políticas públicas e direitos humanos no contexto brasileiro, com especial atenção às legislações que regem o combate ao trabalho análogo à escravidão, como o artigo 149 do Código Penal Brasileiro. O conceito de territorialização do capital foi explorado para explicar a expansão do agronegócio e suas implicações para os trabalhadores rurais, seguindo a abordagem crítica de autores como Fernandes (2005), Lopes (2024).

## III. OBJETIVOS

Objetivo Geral: Compreender a dinâmica do trabalho escravo contemporâneo na microrregião do Bico do Papagaio, no Tocantins, entre os anos de 2020 e 2024, e as políticas públicas de prevenção e repressão a essa prática.



#### IV. Objetivos Específicos:

- 1- Identificar o número de trabalhadores resgatados e os setores de atividade predominantes na exploração de mão de obra escrava entre 2020 e 2024.
- 2- Analisar o papel das instituições envolvidas no combate ao trabalho escravo, como a CPT, MPT e a Polícia Federal.
- 3- Mapear os municípios com maior incidência de trabalho escravo contemporâneo na microrregião do Bico do Papagaio.
- 4- Avaliar a eficácia das políticas públicas e das ações de fiscalização no combate ao trabalho escravo na região.

#### V. METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada por meio de levantamento bibliográfico e coleta de dados junto à Comissão Pastoral da Terra (CPT), e ao Ministério Público do Trabalho (MPT). A abordagem metodológica incluiu análise documental de relatórios de resgates de trabalhadores, a exemplo do Caderno de Conflitos no Campo, e entrevistas com representantes de órgãos de fiscalização e combate ao trabalho escravo.

Foram mapeadas as operações de resgate entre 2020 e 2024 e analisadas as áreas com maior incidência de trabalho escravo, com foco nos municípios do norte e extremo norte do Tocantins. Além disso, foram investigados os setores econômicos mais envolvidos na exploração, como pecuária, agricultura e produção de carvão. A análise seguiu uma abordagem qualitativa, com ênfase



nas condições socioeconômicas dos trabalhadores resgatados e na dinâmica de poder que favorece a escravidão por dívida.

## VI. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados preliminares indicam que, entre 2020 e 2023, 189 trabalhadores foram resgatados em condições análogas à escravidão na microrregião do Bico do Papagaio. O agronegócio e a pecuária foram os setores mais frequentemente envolvidos nas denúncias e autuações. Municípios como Araguatins, Tocantinópolis e Augustinópolis apresentaram os maiores números de casos.

As operações de resgate, realizadas principalmente pela Polícia Federal e MPT, revelam um padrão recorrente de exploração: jornadas exaustivas, condições degradantes e servidão por dívida. A CPT, com seu papel de denúncia e proteção dos direitos humanos, desempenha um papel fundamental no combate a essas práticas, embora as políticas públicas ainda sejam insuficientes para eliminar o problema. O avanço do agronegócio e a concentração de terras, aliados à vulnerabilidade socioeconômica dos trabalhadores, perpetuam o ciclo de exploração.

## VII. CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo revelou que o trabalho escravo contemporâneo continua sendo um problema alarmante no norte e extremo norte do Tocantins. Embora as operações de resgate tenham tido êxito em diversos aspectos, a falta de políticas públicas mais abrangentes e a expansão do agronegócio continuam a alimentar essa prática. O combate ao trabalho escravo exige maior articulação entre governo, sociedade civil e organizações de fiscalização, além da implementação



de políticas preventivas que ofereçam alternativas dignas de trabalho aos trabalhadores rurais.

## VIII. REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2003.

**ASI – ANTI-SLAVERY INTERNATIONAL**. Formas contemporâneas da escravidão. Comissão Pastoral da Terra (CPT). Trabalho escravo no Brasil contemporâneo. Goiânia: Edições Loyola, 1999. P. 49-70. **CAMPOS, M. G. A política nacional para erradicação do trabalho escravo**. In: **Brasil. Direitos Humanos no Brasil 2004**: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo, 2004.

**CPT – Comissão Pastoral da Terra. Cadernos de Conflitos no Campo – Brasil 2023**. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br>. Acesso em: 13 set. 2024.

**LOPES, A. P. Escravidão por dívida no Tocantins – Brasil: vidas dilaceradas**. Curitiba: 2. Ed. Appris Editora, 2024.

**SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO (SIT)**. Instrução Normativa n.º 139 de 2018. Procedimentos de fiscalização do trabalho em condições análogas à de escravo. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho>. Acesso em: 14 set. 2024.

Almeida, A. W. B. (1999). **A modernização do campo e a persistência da desigualdade social no Brasil rural**. Editora XYZ.

Mendonça, J. A. (2018). **Trabalho escravo contemporâneo e as relações de poder no campo brasileiro**. Editora ABC.



Pereira, A. (2024). **Dinâmicas de poder e exploração no campo brasileiro: concentração fundiária e agronegócio**. Editora DEF.

## IX. AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Professor Doutor Alberto Pereira Lopes pela orientação e apoio durante toda a realização desta pesquisa. Também sou grato ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/FAPT) e à Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) pelo suporte financeiro e institucional que tornaram este trabalho possível.